

Entre a materialidade e a memória: o caso do Complexo Oban/DOI-Codi

Beatriz Coutinho de Freitas

Orientação: Prof. Ms. Pedro Beresin (Escola da Cidade).

Pesquisa: Iniciação Científica, bolsa do Programa de Iniciação Científica da Escola da Cidade, 2023.

Esta pesquisa investiga as relações entre memória e espaço construído no antigo DOI-Codi de São Paulo. Este estudo será realizado por meio de reflexão acerca das ações museológicas, pedagógicas e patrimoniais que estão atualmente em curso ou que podem ser estabelecidas em um futuro memorial. Uma vez que o acesso ao patrimônio sempre se dá a partir da construção de narrativas (COLOMBO,

2017), a busca pelos atores sociais e suas perspectivas, bem como os conflitos que envolvem a memorialização desse patrimônio se justifica pela possibilidade de promover o diálogo e confrontar diferentes olhares sob um mesmo espaço, o que pode contribuir para a definição de iniciativas posteriores. Para além disso, pensar o futuro do memorial é uma forma de defender sua relevância no presente.

Palavras-chave: memória; DOI-Codi; patrimônio

Between Materiality and Memory: The Case of the Oban/DOI-Codi Complex

This research investigates the relationship between memory and the built space in the former DOI-Codi of São Paulo. The study will be conducted through reflection on museological, pedagogical, and heritage actions currently underway or that may be established in a future memorial. Since access to heritage always occurs through the construction of narratives (COLOMBO, 2017), the search for social actors and their perspectives, as well as the conflicts involving the memorialization of this heritage, is justified by the possibility of promoting dialogue and confronting different perspectives on the same space, which can contribute to the definition of subsequent initiatives. Furthermore, considering the future of the memorial is a way to defend its relevance in the present.

Keywords: memory; DOI-Codi; heritage.

Entre la materialidad y la memoria: el caso del Complejo Oban/DOI-Codi

La investigación examina la relación entre la memoria y el espacio construido en el antiguo DOI-Codi de São Paulo. Se llevará a cabo a través de la reflexión sobre las acciones museológicas, pedagógicas y patrimoniales actualmente en curso o que pueden establecerse en un futuro memorial. Dado que el acceso al patrimonio siempre se produce a través de la construcción de narrativas (COLOMBO, 2017), se busca entender las perspectivas de los actores sociales y los conflictos que rodean la memorialización de este patrimonio. Esta búsqueda se justifica por la posibilidad de promover el diálogo y confrontar diferentes perspectivas sobre el mismo espacio, lo que puede contribuir a la definición de iniciativas posteriores. Además, reflexionar sobre el futuro del memorial se presenta como una forma de defender su relevancia en el presente.

Palabras clave: memoria; DOI-Codi; patrimonio.

1. INTRODUÇÃO

O complexo Oban/DOI-Codi é um importante “patrimônio de memória difícil” (MENEQUELLO, 2020) na cidade de São Paulo. Antigo centro de repressão e tortura, desempenhou um papel crucial no aprimoramento e na disseminação de métodos que foram posteriormente aplicados não apenas no Brasil, mas também em outros países da América Latina (NEVES, 2014). O conjunto de edifícios, localizado na Rua Tutóia, foi tombado em 2014 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat)¹ e em 2017 pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp)², atendendo às reivindicações da sociedade. Desde o tombamento, há uma crescente demanda para a conversão desse espaço em um memorial destinado à pesquisa, à educação em direitos humanos e à homenagem às vítimas. Entretanto, após uma década desse processo, o cenário se tornou complexo e repleto de disputas, uma vez que envolve interesses públicos, motivações individuais e dimensões coletivas.

Desde o tombamento, há uma crescente demanda para a conversão desse espaço em um memorial destinado à pesquisa, à educação em direitos humanos e à homenagem às vítimas. Entretanto, após uma década desse processo, o cenário se tornou complexo e repleto de disputas, uma vez que envolve interesses públicos, motivações individuais e dimensões coletivas.

Assim, essa pesquisa busca investigar as possibilidades de entrada nos “lugares de memória difícil” a partir de bibliografias, do mapeamento dos agentes envolvidos na história e na patrimonialização do DOI-Codi, bem como os interesses e as perspectivas que estão sendo disputadas acerca do futuro desse bem. Atualmente, a única forma de acesso ao conjunto de edifícios se dá por meio de visitas mediadas organizadas pelo Núcleo de Preservação da Memória Política (NM).

Essas visitas ocorrem mensalmente no edifício considerado antiga sede do aparato repressivo, e contam com o intermédio de historiadores e um ex-presos político, Maurice

Politi. A experiência da visita consiste na compreensão de como se dava a estrutura de repressão, averiguação e tortura de presos políticos, do entendimento da dimensão e relevância dos lugares de testemunho, bem como permite o diálogo e a elaboração de perguntas, próprias da relação de cada visitante com o espaço.

Dessa forma, a pesquisa se desenvolveu a partir de três frentes: a primeira foi centrada nas visitas guiadas; a segunda compreendeu a análise e sistematização da discussão bibliográfica; e a terceira, por fim, buscou conduzir e interpretar entrevistas com os envolvidos na história do DOI-Codi, tanto enquanto centro de tortura, quanto patrimônio tombado.

A experiência das visitas mediadas foi porta de entrada para a identificação dos agentes e das disputas correntes; foi por meio desses eventos que conhecemos a maioria das pessoas entrevistadas. Essa atividade representa uma ação memorial efetiva – narrativa e discurso – e que oferece pistas acerca das futuras possibilidades de tradução da memória na materialidade. Por fim, a perspectiva pessoal, traduzida nas análises a seguir, proporciona a reflexão a partir do olhar simultâneo como espectador e pesquisador.

A última frente de trabalho consistiu na elaboração de entrevistas. A metodologia para essa etapa se deu a partir do levantamento de hipóteses ao longo do processo de elaboração do projeto de pesquisa, na discussão bibliográfica, e principalmente como consequência das visitas mediadas. Para tanto, foram elaboradas questões que conduziam ao esclarecimento da visão dos entrevistados sobre determinados assuntos.

Ao longo desse processo, entrevistamos pessoas cujas histórias se relacionavam diretamente com o DOI-Codi no período de centro de detenção e tortura: Emílio Ulrich, Maurice Politi e Gilson Modesto. Também tivemos a oportunidade de nos aproximar do posicionamento da família Herzog, no que diz respeito a sua colocação diante da musealização daquele espaço. Além disso, entrevistamos representantes de instituições públicas e privadas empenhadas no processo de tombamento e patrimonialização, entre os quais: o Núcleo Memória, o Condephaat e o Instituto Vladimir Herzog. Conversamos

também com membros do GT DOI-Codi, grupo de pesquisa fundado com o objetivo de organizar as discussões acerca do futuro memorial: o arquiteto Silvio Oksman e a historiadora Deborah Neves. Essas entrevistas tiveram o objetivo de aprofundar o entendimento das posições, argumentos e estratégias adotadas pelos agentes envolvidos nas disputas identificadas.

2. MEMÓRIA, MATERIALIDADE E DISPUTA

A busca por uma definição daquilo que entendemos como memória conduziu à compreensão de que este é um campo de disputas (ZALIS, 2016) e que não existe uma memória única e inequívoca, mas uma multiplicidade de discursos que lutam por legitimação ao serem transmitidos (BARRETA, 2014). Assim, memórias são elaboradas e reelaboradas constantemente por grupos sociais no momento presente sobre eventos do passado, a partir das necessidades socioculturais e ideológicas (LEMOS, 2019).

Dentre a diversidade de conceitos que definem – ou tentam definir – os processos memoriais, a definição de memória coletiva é a que mais se adequa a esta análise. A memória coletiva se constitui a partir do conjunto de lembranças e representações que une e conecta diferentes grupos sociais em uma determinada cultura (HALBWACHS, 1990). É influenciada por narrativas históricas, tradições, rituais e práticas culturais compartilhadas, sendo assim é fundamental para a coesão social e é moldada por diferentes perspectivas e interpretações, muitas vezes resultando em narrativas variadas sobre os mesmos eventos históricos.

Além de construção coletiva (HALBWACHS, 1990), as memórias são também espaciais e materiais (JELIN, 2002). O conceito de memória material de Maurice Halbwachs refere-se à dimensão física e tangível de lembranças coletivas, para ele as memórias são construídas e sustentadas não apenas por meio de narrativas e representações simbólicas, mas também através de objetos, lugares e artefatos. Halbwachs ainda observa que a memória material reforça a conexão entre os indivíduos e o passado compartilhado pelo grupo, tornando-se uma parte essencial na construção da identidade coletiva.

Uma vez que os processos memoriais são uma experiência temporal e espacial, é possível

adicionar camadas de complexidade à nossa definição. Para Lemos:

A constituição, utilização, modificação ou destruição de determinadas materialidades podem estar diretamente relacionadas às tentativas de construção e desconstrução de diferentes memórias e, assim, de diferentes histórias, narrativas e identidades que são permeadas por disputas de poder. (LEMOS, 2019, p.60)

A memória material é, portanto, capaz de intermediar relações políticas e sociais, fortalecer hierarquias e estruturas dominantes (LEMOS, 2019). Sendo assim, temos sempre que considerar que materialidades estão relacionadas a processos de lembrança e esquecimento, que envolvem ações e discursos sociopolíticos e relações de poder, tanto no passado quanto no presente.

Nesse sentido, os "lugares de memória difícil" são uma categoria que considera as dimensões simbólicas e políticas de locais relacionados a acontecimentos históricos traumáticos, e a preservação desses sítios se justifica justamente na carga simbólica e emocional que representam na esfera da memória individual e coletiva. Os lugares de testemunho são formas de legitimação do direito à memória, de luto ou peregrinação para familiares de vítimas. Como provas materiais de crimes e da própria ocorrência dos regimes de exceção – que por vezes são colocadas em questionamento a serviço de interesses políticos, impedem a ocultação dos fatos e o descrédito das vítimas (MENEGUELLO, 2020).

A preservação desses locais tem se justificado também na noção de que é preciso "conhecer para não repetir" (RODRIGUES, 2021, p.28). As ações de memorialização que orientam estes espaços atuam sobre as gerações mais novas, ao se fazer compreender episódios de abusos cometidos contra grupos sociais que se perpetuam na atualidade. Educar para o "nunca mais" significa fundamentalmente estabelecer conexões entre o passado e o presente no sentido de valorização dos direitos humanos.

No Brasil, o crescimento de tendências neonazistas aponta para práticas que se apoiam em eventos do passado para construir discursos no presente. A criação de memórias de resistência é uma forma de combater o abismo ideológico e cultural que

se tem produzido, sob a luz dos "lugares de memória", a educação patrimonial tem a oportunidade de se aliar a luta pelos direitos humanos, contra o esquecimento e no combate a reformulação inverossímil de um passado.

A ditadura civil-militar sempre ocupou o imaginário de um período de prosperidade econômica, integridade política e ordem pública (NAPOLITANO, 2015) para parte da população brasileira. A eleição de Jair Bolsonaro (2018-2022), mobilizou o negacionista e o revisionista histórico como base ideológica do governo, que atuaram de forma bastante eficaz sob a população, principalmente estimulando valores ultraconservadores, moralistas e saudosistas. Assim, o retorno dos militares ao poder e a tendência antidemocrática na população afirmam a tese de que o Estado brasileiro "caminha a passos lentos em direção a um acerto de contas com seu passado" (RODRIGUES, 2021, p.36). Se por um lado, uma parcela significativa da sociedade (movimentos sociais, imprensa e figuras públicas) condenam a ditadura, por outro as medidas implantadas no processo de restauração democrática impossibilita ações reais contra aqueles que cometeram violações aos direitos humanos (NAPOLITANO, 2015). De maneira geral, se tem feito conviver no mesmo país, discursos de memória que condenam o regime e atuações institucionais que transmitem valores que reafirmam a violência política (NAPOLITANO, 2015).

Apesar desse cenário, políticas memoriais e medidas de reparação têm ocorrido em resposta às reivindicações de grupos sociais, especialmente aqueles diretamente afetados pelo regime. Entre 2012 e 2014, cinquenta anos após o golpe, foi estabelecida uma conjuntura relativamente favorável para debater a memória socialmente construída (CYMBALISTA, 2017). Nesse contexto, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) emergiu como a principal política de memória no país. Entre suas várias iniciativas, destacou-se a identificação de centenas de locais relevantes para a rememoração do período (NEVES, 2020). Em São Paulo, por exemplo, podemos mencionar a antiga sede do Deops, o Edifício Maria Antônia, o Arco Tiradentes e o complexo de edifícios Oban/DOI-Codi.

Esse último foi central em relatos e investigações ao longo da continuidade da comissão. Assim, em outubro de 2012, o ofício

nº306/2012 enviado pela CNV ao governador do estado de São Paulo teve como objetivo recomendar o tombamento do conjunto, bem como sua destinação a um espaço de memória. O documento propõe que o antigo DOI-Codi "se constitua em espaço continuamente aberto ao público, a que se tenha conhecimento amplo das mazelas do período histórico vivido sob o regime ditatorial" (NEVES, 2020).

O Complexo Oban/DOI-Codi – inicialmente fundado como Operação Bandeirante (Oban) – foi o principal órgão de planejamento e execução das ações repressivas contra opositores ao regime, operante com maior violência entre os anos de 1969 e 1974. A partir dos interesses do Governo do Estado, do Exército Brasileiro e de grandes empresários, foi primeiro idealizado como uma estratégia de centralizar as atividades repressivas no Estado, e posteriormente empregado como uma estrutura nacional de repressão, captura, averiguação e interrogatório de pessoas. Sob a gestão do Coronel Carlos Brilhante Ustra, as dependências do DOI-Codi foram, segundo relatórios da CNV, o local de ocorrência de pelo menos 17% das mortes e desaparecimentos políticos registrados em todo o período de ditadura civil-militar (RODRIGUES, 2021), incluindo o assassinato do jornalista Vladimir Herzog. A morte de Herzog, em 1975, tornou-se um dos símbolos da luta pela restauração da democracia e está intensamente presente na memória coletiva do período.

Ao se configurar como uma estrutura que atuou e foi concebida unicamente para o controle político, o complexo de edifícios Oban/DOI-Codi tem, na contemporaneidade, caráter singular e potencial para se tornar o mais relevante centro de pesquisa e memória da ditadura na América Latina (NEVES, 2021).

O tombamento do complexo inclui: a 36ª Delegacia de Polícia de São Paulo (edifício 1 na imagem), onde há evidências de celas e salas de tortura; o edifício sede do DOI-Codi (número 2a na imagem), onde a maioria das sessões de tortura ocorriam, sendo este o único edifício autorizado para visitas; adjacente a ele, identificado como 2b, está a estrutura de apoio logístico, que serviu de moradia para Ustra e sua família em alguns momentos, conforme relatado por sobreviventes; o estacionamento, indicado pelo número 3, era o local onde os prisioneiros sofriam as primeiras violações; e por fim, os edifícios apontados como 4 e 5, agora



FIG.1:
Imagem de satélite da Rua Tutoia e Tomás Carvalhal. Fonte: Imagem retirada do Parecer Técnico UPPH noGEI-256-2012/ figura 24..

referentes à área administrativa e à garagem do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), espaços menos relevantes na memória das testemunhas (FIG.1).

O tombamento em instâncias municipais e estaduais, medida aparentemente capaz de apaziguar disputas, não foi suficiente para levar ao consenso os diferentes agentes que atuam sob esse lugar, bem como seus diferentes interesses. Se a memória é campo de disputa, o patrimônio também é.

Considerando os desafios políticos, estéticos e pedagógicos inerentes aos "sítios de memórias difíceis" (CABRAL, 2016), e partindo da ideia de que a entrada no patrimônio é sempre mediada pela construção de narrativas (COLOMBO apud CABRAL, 2017), esta pesquisa também se propôs a explorar os diferentes pontos de vista dos agentes envolvidos no processo de patrimonialização atual e na futura musealização do antigo DOI-Codi. Por meio desta abordagem, pretendeu-se produzir reflexões que possam servir de subsídio para pensar o futuro das instalações e as formas de transmissão da memória por meio da materialidade.

Adiante, serão apresentados os resultados obtidos. A primeira parte trata da identificação dos agentes e suas perspectivas sobre o futuro dos edifícios tombados,

enquanto a segunda apresenta e discute os diferentes projetos que são idealizados para o que virá a ser o memorial DOI-Codi (FIG.2).

3. OS AGENTES E SUAS MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS

Janice Gonçalves, autora da tese "Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais" (2015), argumenta que a reivindicações de uma memória por diversos agentes sociais resulta na explosão de "batalhas de memória", "guerras de memória" ou, ainda, "memórias concorrentes" (GONÇALVES, 2015, p.23). Assim, o processo de tombamento de um patrimônio não é suficiente para levar ao consenso diferentes atores com diferentes interesses e pontos de vista.

O pedido de tombamento das "Antigas Instalações da Oban/DOI-Codi" foi protocolado em 2012 por Ivan Seixas, ex-perseguido político, com apoio técnico da UPPH, da historiadora Deborah Neves e entidades da sociedade civil. O documento inovou ao incluir depoimentos de ex-presos, permitindo a identificação de locais de crimes dentro do complexo (NEVES, 2020). Assim, a conclusão do Parecer Técnico sugeriu o tombamento de todas as edificações no lote e a urgência da transferência da propriedade à



FIG. 2:
Edifício principal de execução das atividades repressivas. Único aberto às visitas mediada. Fonte: Registro da autora, set. 2022.

Secretaria de Cultura de São Paulo, para que se possibilitasse a criação de um memorial.

A inscrição antigo DOI-Codi no Livro de Tombo se deu em 2015, e caracterizou o complexo como o principal centro de repressão da ditadura. Apesar desse cenário, o tombamento não garante a conversão do complexo em um local público de memória, gerando incertezas sobre sua transformação até o momento atual.

A disputa central envolve a propriedade do edifício entre a Secretaria de Segurança Pública (SSP) e a Secretaria de Cultura, na qual a transferência do lote é crucial para obter financiamento público e privado e inaugurar o memorial. A principal divergência diz respeito à presença da delegacia no perímetro tombado, uma vez que os órgãos patrimoniais reivindicam a desativação de todos os edifícios pertencentes ao complexo.

A resistência a essa medida ocorre principalmente no âmbito da SSP e da vizinhança. Em 2014, uma associação de moradores do bairro da Vila Mariana publicou um abaixo assinado com mais de 10 mil assinaturas (NEVES, 2021), cujo objetivo era pressionar as autoridades contra a

transferência da delegacia para outro endereço, ainda que alegam não se opor à instalação do memorial.

A concessão do edifício onde funciona a delegacia é uma das medidas de maior importância para as vítimas e seus familiares, devido a sua carga simbólica e a existência comprovada de antigas celas no local. Devemos ressaltar também que as ações exercidas nas dependências do DOI-Codi, entre os anos de 1969 e o início da década de 1980, não eram segredo para a sociedade civil em geral, muito menos para a vizinhança no entorno imediato. Assim, de certo modo, os vizinhos ao DOI-Codi na época foram também vítimas do terrorismo de Estado.

Mesmo que o perfil do bairro tenha se transformado ao longo dos últimos cinquenta anos, a adesão desse grupo social ao projeto de memorial é crucial na luta pela sua instalação. César Rodrigues, historiador colaborador do NM, explicou a importância de uma boa relação entre a memória e a comunidade de seu entorno:

A gente entende que é importante para a vizinhança ter uma delegacia, mas talvez não seja necessariamente naquele espaço [...] A gente tem que fazer um

trabalho lá, tentar ouvir a vizinhança, [...] porque qualquer memorial, qualquer museu, não faz sentido existir se não tem vínculo com a comunidade do entorno. (RODRIGUES, 2023)

O trabalho de diálogo ao qual Rodrigues se refere inclui tentativas de acordo entre os defensores do memorial frente à SSP. Ivan Seixas conta que foi oferecida uma negociação de transferência da delegacia para o edifício da Rua Tomás Carvalhal (números 4 e 5 na fig.1), que fazem parte do complexo, mas não estão muito envolvidas com a memória daquele espaço (BARROS; PIZARRO; MÔES, 2020). Para ele, os obstáculos impostos pela SSP em relação ao memorial decorrem do fato de que um lugar de memória seria um lembrete da participação da polícia civil nos fatos que lá ocorreram: "Ali é uma delegacia que já existia (antes do DOI-Codi) que era conivente com tortura, assassinato e desaparecimento. Hoje eles não podem pregar um prego porque está tombado, mas a gente também não pode ocupar" (BARROS; PIZARRO; MÔES, 2020).

Desde 2018, alguns ofícios foram encaminhados à SSP solicitando que os edifícios fossem finalmente cedidos. As respostas envolvem a impossibilidade de disponibilizar outro espaço que pudesse comportar o DP dentro dos padrões necessários. Para Ivan, o argumento foi apenas um pretexto para dificultar as negociações.

Contudo, apesar das dificuldades de diálogo, os defensores do memorial se mantêm firmes nas tentativas de negociação. Ao longo dos últimos anos, o Grupo de Trabalho Interinstitucional GT DOI-Codi vem solicitando a transferência parcial do complexo, com o objetivo de facilitar um acordo. Ainda assim, o pedido encontra-se arquivado pela Secretaria da Cultura desde 2019, sem que houvesse qualquer resposta. Segundo Flávio Pereira, advogado que acompanha a ação, o impasse agora se encontra nas mãos da Secretaria de Cultura, que alega falta de verba para a instalar e manter um memorial.

Apesar do cenário jurídico de estagnação se manter desde o tombamento, as visitas mediadas permanecem, junto a outras atividades periódicas ou pontuais. O início da primeira etapa de escavações arqueológicas no local, em agosto de 2023, significou um avanço importante. A pesquisa intitulada "Arqueologias do DOI-Codi de São Paulo:

leituras plurais da repressão e da resistência", é uma iniciativa da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com financiamento CNPq e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O projeto de arqueologia, arqueologia forense e arqueologia pública (Unicamp, 2023), somados à coleta de testemunho, busca vestígios do funcionamento do órgão e investiga evidências materiais e biológicas de práticas de tortura no local. O material coletado será encaminhado para laboratório, onde poderá ser analisado e estudado profundamente. Além disso, parte importante do trabalho foi o envolvimento de pesquisadores multidisciplinares e a criação de uma oficina de arqueologia aberta ao público.

Foi notável, ao longo desse evento, a quantidade de voluntários engajados no programa e o interesse da mídia pelo assunto nas primeiras semanas de agosto. Contudo, os entraves políticos continuam perceptíveis nessa nova etapa de pesquisa, não somente na dificuldade de obtenção de financiamentos, mas na ligeira e simbólica alteração na conduta do 36º DP.

Após o anúncio do início do projeto arqueológico e a previsão do aumento de visitas, um portão de grades foi instalado, tornando impossível o acesso direto às instalações do antigo DOI-Codi e obrigando os visitantes a adentrarem a delegacia. Essa medida sugere uma provável intenção de controle sobre as atividades memoriais, além de uma possível tentativa de intimidação do público e dos pesquisadores. Dessa forma, torna-se evidente o embate ideológico, político e ético entre diferentes grupos em relação ao futuro do DOI-Codi. Enquanto institutos, associações da sociedade civil organizada e parte da grande mídia, juntamente com universidades e órgãos de preservação como Condephaat e UPPH, defendem a preservação do local como um memorial, governantes, a Secretaria de Segurança, o exército brasileiro e alguns segmentos conservadores da sociedade, incluindo vizinhos e funcionários das forças de segurança, resistem a essa ideia.

No entanto, visões divergentes sobre como a memória deve ser conduzida no edifício não estão necessariamente ligadas a ideias negacionistas ou que banalizam a atuação do regime. Entre as vítimas e familiares dos mortos também não há



FIG.3:
Portão de acesso aos andares superiores do edifício, onde aconteciam as sessões de tortura e interrogatório. Fonte: Registro da autora, set. 2022.

FIG.4:
Vista do complexo edificado a partir do pátio do estacionamento. À esquerda em primeiro plano está a delegacia, ao fundo edifício principal e anexo. Fonte: Registro da autora, set. 2022.

consensos. Enquanto alguns desejam um memorial, outros preferem a completa destruição do complexo e a criação de um espaço alternativo de homenagem. O contato com alguns ex-presos, durante os trabalhos de campo, foi fundamental para investigar as diferentes relações estabelecidas entre a memória individual e a memória coletiva no antigo complexo (FIG.3 e FIG.4).

Maurice Politi, por exemplo, foi preso em decorrência de seu engajamento na Ação Libertadora Nacional (ALN) entre dezembro de 1973 e janeiro de 1974, aos 21 anos de idade. Após a anistia, transformou a experiência da tortura em motivação de sua carreira. Baseada no trabalho pedagógico e reconciliador, atualmente é diretor administrativo do NM e responsável por guiar as visitas mediadas mensalmente:

O que a gente mais faz no Núcleo é palestrar, e vou te dizer que temos um certo sucesso em combater essa onda revisionista. [...] A gente diz: "nós resistimos cinquenta anos atrás dessa forma [...] diante da falta de liberdade, da censura, da repressão"; hoje a resistência assume outras características, a sociedade é outra.

A gente explica para eles: "o teu avô tem razão quando fala que naquele tempo tinha menos violência, ditadura

foi boa", não é que ele tem razão, era o conhecimento dele na época, tinha censura, ele não sabia o que acontecia. [...]

Eu falo sempre, ditadura é igual a medo. Então você não quer mais esse período de medo, porque o dia que você tiver numa ditadura, você vai ter medo de tudo [...] Eu acho que a melhor forma da gente combater essa onda revisionista é elucidando sobre o que aconteceu, e é nossa obrigação, nós que ainda estamos vivos, dizer para os mais jovens o que aconteceu para que não aconteça nunca mais. (POLITI, 2019)

Politi atribui um caráter político e pedagógico ao transmitir as experiências que vivenciou no passado. Sua atuação visa destacar como a ditadura implementou estratégias para normalizar a falta de liberdade, a censura e a desinformação. Ele acredita na educação para o "nunca mais", na justiça de transição e vê o espaço do DOI-Codi como um catalisador dessa visão.

Outro ponto interessante da atuação de Maurice Politi como educador é que ele pouco fala de sua experiência pessoal, César Rodrigues explica em entrevista essa decisão:

O Maurice Politi não gosta de falar das torturas que sofreu. Eu já perguntei, ele falou assim: "se eu falo sobre as torturas que sofri, pode ser que cause o

efeito contrário nas pessoas que estão nos escutando, falar das torturas é falar sobre um terror muito grande, então se tivéssemos uma outra ditadura hoje e se as pessoas ficassem com os relatos que passamos, talvez elas não enfrentem, elas ficariam em casa guardadas". (RODRIGUES, 2023)

Assim, Politi pensa a educação em direitos humanos a partir da perspectiva de quem teve seus direitos violados. Para ele, a amplificação do efeito do terror pode ter efeito contraproducente nas pessoas que ouvem histórias, o medo poderia desencorajar o engajamento político das gerações mais novas. Ao filtrar informações, ele demonstra que a educação para "o nunca mais" deve ser construída a partir da sensibilização do público e de forma cuidadosa.

Emílio Ulrich, também anistiado, tem outra relação com a tortura. Foi preso em 1970, quando militava no grupo Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Em entrevista, ele conta que sofria sessões especiais de tortura praticadas diretamente por Ustra, provavelmente devido ao fato de ter desertado do exército para integrar a VPR. Os danos causados pela violência de Estado o acompanharam ao longo da vida:

Eu saí completamente louco. Minha cabeça não funcionava, me tornei alcoólatra. Não conseguia viver, não conseguia dormir, sonhava com tortura, sonhava com o Ustra todos os dias. Eu não conseguia falar sobre a tortura, não conseguia descrever o que tinha acontecido comigo. (ULRICH, 2023)

Apesar do trauma, Emílio é bastante presente nos encontros realizados pelo NM. César também elucidou a urgência de Emílio em relatar as atrocidades que vivenciou:

O Emílio fala bastante sobre os episódios. Ele passou muitos anos sem falar, é um trauma muito grande, só conseguiu voltar a falar depois que participou daquelas clínicas do testemunho do programa do Governo Federal, na época da Comissão. Traziam psicólogos para poder conversar com essas pessoas. (RODRIGUES, 2023)

O trauma de Emilio transcende a tortura que sofreu no DOI-Codi e encontra a dimensão da incredibilidade das vítimas

da ditadura, resultado sobretudo do efeito de discursos negacionistas. Emílio nos conta dos anos em que sofreu com o descrédito de familiares, amigos e até mesmo daqueles que assistiram suas palestras. Atualmente, parece sentir conforto em compartilhar suas memórias no espaço do DOI-Codi, uma vez que lá se conforma um ambiente de respeito e credibilidade as memórias compartilhadas, também pretende publicar um livro intitulado "A tortura nunca acaba", no qual narra os dias que passou no cárcere: "Eu andei fazendo palestra e até parentes não acreditam, contestam a existência de ditadura. Mas aí eu descobri uma coisa: livro tem credibilidade no Brasil! Eu não vou provar nada, mas vou contar, acredite quem quiser" (ULRICH, 2023).

É notável a dimensão da dor de Emílio, uma vez que o descrédito é também uma forma de violência – a partir desse ponto de vista, o título de seu livro ganha mais uma camada de sentido. Para ele, falar de si é uma forma de reelaborar o trauma, e a crença na autoridade dos livros está na segurança de não haver um interlocutor direto, não haver diálogo. A experiência de terror durante a década de 1970 e o posterior descrédito o levou a ter uma visão bastante cética acerca do futuro do DOI-Codi como espaço memorial e pedagógico:

Isso aqui ainda não foi transformado em um centro de memória porque os militares não querem, e não vão deixar. Será no máximo muito mal elaborado, para dizerem que existe, para se reunir como se faz hoje, porque eles toleram algum movimento, só para dizer que o país é democrático. [...] Não tem jeito, agora estou no fim da vida, o que eu posso fazer? Só lamento, lamento pelo povo brasileiro, lamento pela juventude e pelos meus netos. Porque o Brasil dificilmente vai mudar. (ULRICH, 2023)

Apesar de ativos defensores dos direitos humanos, Emílio e Politi se posicionaram de formas distintas. Enquanto um acredita ter o dever de buscar o diálogo ponderado com a sociedade, o outro dá seu testemunho no sentido de uma elaboração individual do trauma.

A dimensão dos lugares de memória para a reformulação pessoal apareceu também na conversa com outro anistiado, Gilson Modesto, que ficou preso entre 1969 e 1970 no DOI-Codi.

Apesar de não estar diretamente envolvido com entidades de luta pelo memorial, frequentou as visitas mediadas algumas vezes com um objetivo: "não deixar morrer a memória de todos, e também a minha" (MODESTO, 2022).

Durante a visita, Gilson explicou que em todas as vezes em que participou dos encontros, conseguiu recuperar memórias que havia esquecido. Ele ressaltou que um dos efeitos do trauma é a propensão ao esquecimento. Recentemente, Gilson passou também a encarar o ato de lembrar como parte de um movimento de vigilância em relação ao que é considerado a versão oficial da história: "A gente precisa lembrar para não permitir que ocorra aqui o que aconteceu com o Memorial da Resistência" (MODESTO, 2023), referindo-se ao plano museológico instalado no edifício, que partiu da construção de cenário, "higienizados" na visão de Modesto, para sensibilizar o público.

Assim, os "lugares de memória" concentram dimensões pessoais e coletivas (CYMBALISTA, 2017). A partir dos encontros com Emílio e Gilson, percebemos que os espaços de testemunho atuam também no estabelecimento de redes de apoio entre vítimas, lugares de encontro entre pessoas que passaram por experiências parecidas.

Nesse sentido, existe também um grupo composto por familiares, especialmente mães de mortos e desaparecidos, denominado Cordão da Mentira (MONCAU, 2023). O grupo se reúne todo 1 de abril em frente ao antigo DOI-Codi e promove uma passeata pelo bairro da Vila Mariana, com o objetivo de denunciar a impunidade dos torturadores, tanto no passado quanto no presente. O engajamento desse grupo aproxima a luta por justiça de familiares de vítimas da ditadura com as atuais famílias que tiveram seus entes queridos mortos pelo aparato policial.

Dessa forma, percebemos que os familiares também têm diferentes formas de lidar com a perda, distintas atuações, opiniões e experiências, que conformam um ambiente de reflexões bastante rico. A colocação da família Herzog é ilustrativa nesse contexto:

O instituto foi criado com a intenção de manter viva a lembrança do legado e a memória do Vlado, porque hoje em dia quando as pessoas lembram de

Vladimir Herzog, automaticamente vem o tema da ditadura e também a fatídica imagem dele morto. A família, por uma questão muito legítima de trauma, tem uma certa resistência a tudo que se relaciona com essa imagem [...] O instituto foi criado para lembrar que, para além daquela foto, existiram 38 anos de vida muito ativa, de muito trabalho, muita reflexão e muita luta. [...] Eles não visualizam aquele espaço como um lugar que mereça ser tratado como um memorial, como um patrimônio. Para eles, olhar aquele espaço é olhar o Vlado assassinado. (ABREU, 2023)

Ainda que Vladimir Herzog tenha sido figura de indiscutível valor para o cenário intelectual brasileiro, a divulgação da foto de sua morte teve profundo impacto na história da luta por liberdade política no Brasil. As circunstâncias do assassinato de Herzog e a difusão massiva da imagem daquele momento são parte do sofrimento da família, que tem o desejo de cultivar a vida e o trabalho do jornalista, ao invés de referências a sua morte. Assim, é possível perceber que os contextos de trauma também são bastante diversos, enquanto a dor da família Herzog se tornou midiática, a de Emílio foi invisibilizada e, portanto, ambos têm relações distintas com tudo que os remete a esse passado de dor.

Apesar da opinião de familiares, o Instituto Herzog se coloca de outras maneiras na sociedade, uma vez que tem sua atuação voltada para a educação em direitos humanos, jornalismo e memória, verdade e justiça. As instituições e os profissionais da área têm, por óbvio, papéis, posições e crenças que podem divergir daqueles que tiveram suas vidas pessoais profundamente atingidas pela violência de Estado.

Assim, partimos para os posicionamentos de profissionais que lidam com questões dos lugares de testemunho. Para os historiadores com os quais pude conversar, Deborah Neves, César Rodrigues e Gabrielle Abreu, é inequívoca a relevância de relembrar e homenagear as vítimas em um futuro memorial, mas o complexo Oban/DOI-Codi tem capacidade de comunicar muito além da tortura.

Uma vez que é preciso "fazer falar os lugares de memória" (CABRAL, 2019, p.106), uma narrativa que se pretende

suficientemente pedagógica deve, na opinião dos historiadores, mais do que homenagear as vítimas, criar conexões entre o passado e o futuro. Em um país marcado por violências históricas, cuja justiça nunca foi plenamente alcançada, a relevância do DOI-Codi transcende seu próprio contexto histórico, demonstrando como a ditadura civil-militar no Brasil foi responsável pelo surgimento de grupos de extermínio e a institucionalização da tortura como prática dentro das polícias (CNV, 2015), que atuam sobretudo contra populações pretas, pobres e indígenas até hoje. Os "lugares de memória difícil" podem ser assim entendidos de várias maneiras, desde espaços pedagógicos que nos ensinam sobre o presente, até locais de peregrinação e encontro entre vítimas. São também espaços para lembrar, ou para alguns, esquecer.

A partir do reconhecimento desses vários agentes, individuais e coletivos que disputam a memória e seus usos políticos, ideológicos, estéticos e éticos no espaço do DOI-Codi, podemos identificar as "guerras de memória" mencionadas por Janice Gonçalves (2015).

Assim, apesar de haver divergências, especialmente sobre como expressar a memória no espaço edifício, os grupos ouvidos por essa pesquisa compartilham valores ligados à preservação da memória, enquanto setores conservadores, de extrema-direita ou entidades que atuaram na repressão política, operam de forma a desencorajar ações de reparação, seja de forma simbólico ou explícita. Essa divergência de perspectivas contribui para as tensões em torno do uso e do significado do espaço do DOI-Codi.

4.OS DIFERENTES PROJETOS E SUAS QUESTÕES

Após a identificação dos atores sociais e do contexto em que cada um está inserido, partimos para a investigação das relações entre memória e espaço construído, por meio da reflexão acerca das ações museológicas, pedagógicas e patrimoniais em curso ou que serão implantadas no complexo de edifícios. Tendo em vista que a entrada no patrimônio sempre se dá a partir da construção de narrativas (COLOMBO *apud* CABRAL, 2017), entender os diferentes projetos para este lugar permeia disputas acerca da história e da memória da ditadura civil-militar no Brasil.

É fundamental salientar que não existem diretrizes para um plano museológico, uma vez que os trabalhos do GT e demais entidades têm voltado seus esforços para a viabilização burocrática do memorial – processo que já se arrasta há doze anos. No entanto, essa discussão não deve ser limitada ao momento de efetiva consolidação da proposta do memorial.

Nesse sentido, partimos do debate acerca da manutenção, ou não, das edificações em sua condição atual. Segundo o relatório da UPPH, observa-se poucas alterações no conjunto, sobretudo no edifício sede do aparato repressivo, desde o fim do regime. Esta constatação evidencia, na dureza dos espaços vazios, a dimensão emocional e afetiva que contribui com o fazer pedagógico. A preservação da memória é também discussão espacial (BARRETA, 2014):

Em termos de ocupação do espaço, o plano museológico deve contemplar uma intervenção mínima, porque são provas judiciais, mas causam impacto no visitante pelo que ele é e pela história que tem. A ideia não é espetacularizar, é um lugar para ser de reflexão, pesquisa, conhecimento e produção de sensibilidades. O plano museológico, de arquitetura e expografia precisa passar pela narrativa das pessoas que ficaram presas, que foram assassinadas, dos familiares, mas também pelo que nos faz entender o que foi o DOI-Codi, porque ele funcionou tão bem (para o objetivo que foi criado) e quais os impactos que essa política teve na nossa democracia. (NEVES, 2023)

A perspectiva de que a preservação dos espaços sem adições complexas sugere uma abordagem mais eficaz para lidar com as memórias individuais e coletivas. Essa perspectiva encontra respaldo também na experiência das visitas mediadas ao local. A vivência pessoal de explorar o espaço testemunho do DOI-Codi, tal como foi vivenciado pelas vítimas, evoca uma sensação semelhante àquela relatada por Didi-Huberman em sua obra "Casca" (2017). Ao descrever uma visita ao complexo Auschwitz-Birkenau, ele reflete a respeito do inevitável convite a imaginar o inimaginável:

Meu amigo Henri, que me acompanhava, me contou ter me ouvido dizer: "Isto é



FIG.5:

Fragmento do piso original da sala sob vinílico recente, exposto a partir de escavação arqueológica.
Fonte: Registro da autora, ago. 2023.

inimaginável". Foi o que eu disse, como todo mundo. Mas, se devo continuar a escrever, ajustar o foco, fotografar, montar minhas imagens e pensar isso tudo, é precisamente para tornar uma frase desse tipo incompleta. Cumpriria dizer: "Isto é inimaginável, logo devo imaginá-lo apesar de tudo". (DIDI-HUBERMAN, 2017, p.127)

O prédio vazio e a narrativa que guia o percurso são suficientemente potentes para transmissão da memória e construção de sensibilidades. Nesse contexto, as visitas mediadas são uma atividade pedagógica de inquestionável impacto e relevância, que fortalecem os laços de empatia em relação à memória das vítimas. Em vários momentos durante as visitas, tivemos o ímpeto de imaginar pessoas com idade próxima sendo levadas à força até aquele edifício, de onde nunca voltaram. Assim, as visitas mediadas criam narrativas e discursos que oferecem modos de acesso e entendimento dos "lugares de memória" de forma mais próxima ao público (FIG.5). Pensar em intervenções mínimas também é uma forma de preservar a história factual, uma vez que artifícios expográficos estão mais sujeitos às armadilhas narrativas da memória individual. Nesse sentido, vale ressaltar que os depoimentos são, no caso de

graves violações de direitos humanos, uma das únicas formas para se provar os crimes, mas não devem ser encarados como verdades históricas. A memória sempre será suscetível a transformações, ainda mais em contextos traumáticos. No caso das visitas ao antigo DOI-Codi, o testemunho de ex-presos e a mediação por historiadores são uma forma de reproduzir memórias na estrutura física e espacial daquele lugar. Assim, a preservação de seu estado de ruína é um exercício para um olhar arqueológico: "Olhar as coisas de um ponto de vista arqueológico é comparar o que vemos no presente, o que sobreviveu, com o que sabemos ter desaparecido" (DIDI-HUBERMAN, 2017, p.131).

Apesar do argumento de historiadores, ex-presos e seus familiares em prol da proteção integral do complexo, existem grupos que se opõem à criação de um memorial no antigo DOI-Codi. Essa perspectiva muitas vezes se baseia na concepção equivocada de que um novo memorial abordaria um tema redundante, dada a existência do Memorial da Resistência, e na ampla controvérsia em torno da delegacia (NEVES, 2023). Enquanto alguns veem a impossibilidade de convivência das duas atividades, Neves discute possíveis benefícios na integração entre as duas atividades:

É óbvio que o ideal seria que a delegacia saísse de lá, para termos todo o espaço dedicado adequadamente. Mas enquanto isso não acontece, eu acho que seria pedagógico, inclusive para os agentes de segurança [...] porque a gente sabe que a violação dos direitos humanos continua sendo prática entre as polícias. (NEVES, 2023)

Ouvindo a visão de Neves, uma medida potencialmente educativa e menos burocrática nos pareceu uma alternativa razoável. No entanto, a recente instalação do portão que bloqueia o acesso ao complexo revela uma relação delicada, que parece estar apaziguada, até não estar mais.

Existe também um contraponto legítimo à manutenção do espaço do DOI-Codi como ruína, defendido por uma parcela de familiares e ex-presos. A ideia seria conceber um parque, uma praça ou um monumento em homenagem às vítimas no lugar onde hoje estão os edifícios. A perspectiva de destruição completa do antigo Oban/DOI-Codi origina-se do desejo de não reviver o passado, excessivamente doloroso na dimensão da memória individual. Gabrielle Abreu, comenta acerca dessa concepção, que é compartilhada por parte da família Herzog:

A estrutura física é o que eles não gostariam de ver intacta, mas que esse parque ainda fosse uma referência a memória da ditadura, como fizeram no Carandiru, por exemplo. Acho que é importante um museu que se utiliza daquela estrutura física para poder contemplar a história, mas ainda entendendo a perspectiva da família. É um outro caminho, mas não deixa de ser um caminho, porque é uma ideia um pouco pautada no trauma, isso tem que ser respeitado, não é menos legítimo. (ABREU, 2023)

A posição da família ilustra uma compreensão distinta acerca do impacto dos "lugares de memória difícil" para grupos que sofreram diretamente com a violência de Estado. A intenção de que a estrutura não permanecesse intacta, mas que ainda fosse preservada como uma referência à memória da ditadura é uma posição legítima, apesar de inevitavelmente perpassar apagamentos e silenciamentos. Gabrielle, que além de

representante do instituto, é historiadora, compreende a perspectiva da conexão pessoal com o local, no entanto, sua atuação profissional caminha no sentido da defesa de um espaço museal, mesmo diante dos desafios políticos, estéticos e pedagógicos (CABRAL, 2016) que essa decisão significa.

Outro ponto bastante presente na fala dos entrevistados é acerca de uma lacuna deixada pela falta de espaços que falam sobre a ditadura no Brasil, que possibilitaria ao futuro memorial um discurso ainda pouco explorado. Gabrielle comenta a relevância de um museu que possa dar espaço a outras vozes, que não foram incluídas na memória social e coletiva do período:

Espaços de memória associados a períodos autoritários são oportunidades interessantes para grupos de pessoas que estão na condição de subalternidade em relação à memória oficial, de terem espaço para poderem narrar sua própria história. Me parece uma oportunidade de constituir um espaço em referência às pessoas que lutaram contra o regime, e que ao longo da história, não foram enaltecidas.

A ditadura é um tema muito sensível e de difícil penetração no Brasil, fruto de um esforço bem-sucedido do regime militar: ocultar o debate político. No contexto onde alguns enaltecem o regime ou então dizem que não foi tão cruel assim, eu acho que a construção de espaços como esse ajudam a contar essa história, para as pessoas que vivenciaram aquele período e não entendem aquilo como exatamente uma ditadura. (ABREU, 2023)

Uma vez que a memória coletiva da ditadura no Brasil é muito vinculada à uma classe média intelectualizada e branca, pouco se fala sobre a repressão nas regiões afastadas dos grandes centros urbanos. Essas memórias, ao serem deslocadas para as periferias, trazem um acréscimo necessário a uma memória tradicional que se tem da história do regime e da luta política, um trabalho fundamental para se reconhecer a continuidade da violência racial e de classe antes de 1964, durante o período militar, e que perdura no presente.

Nesse aspecto, ao discutirmos acerca da persistência dessas relações, Theodor Adorno traz uma importante reflexão sobre como as abordagens pedagógicas devem contribuir

para interromper os ciclos de violência herdados de períodos de perseguição contra grupos sociais ou políticos. Em "Educação pós Auschwitz" (1995), Adorno argumenta que é essencial a responsabilização dos agressores e a necessidade de promover a consciência e a autorreflexão por meio da educação, uma reflexão produzida em outro tempo e contexto, mas que se adequa também ao nosso.

Não acredito que adianta muito apelar a valores eternos, acerca dos quais justamente os responsáveis por tais atos reagiriam com menosprezo; também não acredito que o esclarecimento acerca das qualidades positivas das minorias reprimidas seja de muita valia. É preciso buscar as raízes nos perseguidores e não nas vítimas, assassinadas sob os pretextos mais mesquinhos.

[...] Os culpados são unicamente os que, desprovidos de consciência, voltaram contra aqueles seus ódios e sua fúria agressiva. É necessário contrapor-se a uma tal ausência de consciência, é preciso evitar que as pessoas golpeiem para os lados sem refletir a respeito de si próprias. A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma autorreflexão. (ADORNO, 1995, p.17)

Dessa forma, Adorno argumenta acerca da identidade dos perpetradores e da relevância de compreender as origens e os processos que levaram pessoas comuns a se tornarem torturadores. Tendo isso em vista, questionamos os entrevistados a respeito da possibilidade de se trazer narrativas que tratam da imagem dos perpetradores no espaço testemunho do futuro memorial, sobretudo com relação à memória de Ustra, único condenado como torturador pela justiça brasileira e figura indissociável da história do centro de tortura.

As respostas para essa questão foram bastante variadas. Maurice Politi, por exemplo, acredita que "não dá pra contar a história desse lugar sem falar na figura de Ustra" (POLITI, 2022). Assim como Emílio, que apesar de ter sido diretamente torturado pelo coronel, compartilha de opinião muito semelhante:

Conheci o Ustra porque ele me torturava [...] então quando eu vou contar a história do que aconteceu comigo, eu

preciso falar dele. [...] eu acho que seria indispensável [mencionar as figuras dos perpetradores no contexto de memorial] porque fazer um centro de memória e não falar da tortura que a gente sofreu aqui não adianta nada. (ULRICH, 2023)

Assim, apesar de divergirem na forma como dialogam com o passado, Maurice e Emílio defendem a importância de abordar a passagem de Ustra pelo DOI-Codi, momento que retrata toda a atrocidade do período. César acrescenta que a rememoração dessas figuras no Brasil atual comunica muito sobre a ascensão de ideais de extrema-direita no país:

Ustra é um personagem importante naquele espaço. Ele foi importante para a mecânica do órgão, então acredito em um trabalho de biografia, que fale sobre o processo em que ele foi declarado como torturador [...] Acho que podemos falar até do impeachment da Dilma, a gente tem que fazer um trabalho de mostrar o quanto a extrema-direita pode tomar espaços. Acho que caberia uma sala para falar sobre o Ustra, quem foi essa pessoa que desrespeitava totalmente os Direitos Humanos. (RODRIGUES, 2023)

César destaca que a última década no Brasil foi marcada pelo resgate da figura do coronel, a partir de homenagens públicas e o uso de slogans como "Ustra vive". Assim, a extrema-direita tem se articulado também em um trabalho de memória, que fundamenta seu caráter revisionista, golpista e violento contra a oposição.

Já Gabrielle, ao trazer para essa reflexão uma importante ponderação, evidencia a tese de que não existem consensos no campo das memórias difíceis. Ela considera complexa a realidade sociopolítica brasileira e a relação que se tem construída em torno da figura de torturadores:

O foco tem que estar sempre na narrativa das vítimas e do que elas têm para contar sobre aquele período, todas as experiências que a gente tem em lugares de memória foram encaminhadas com foco nas experiências das vítimas, isso é uma característica do que a gente chama de Justiça de Transição: os perpetradores são colocados em segundo plano, essa é uma questão inclusive metodológica.

Mas pensando na convivência de torturadores com aquele lugar, acho que deve ser mencionado, porém não deve estar no foco dessa construção [...]. Temos que tomar muito cuidado, tem que ser feito com bastante delicadeza, para não dar visibilidade a um grupo que não merece tamanha atenção, para não desembocar num enaltecimento, ainda mais no Brasil, onde as pessoas ainda enaltecem aquele regime.

Aqui o exercício de memória ainda não foi feito plenamente. (ABREU, 2023)

Uma vez que a figura de Ustra não está apenas presente nos relatos dos sobreviventes, mas também de forma física no complexo, a questão da representação dos perpetradores, principalmente em um contexto tão complexo, destaca a importância de desenvolver um plano museológico baseado em discussões coletivas, uma vez que não há consenso sobre essas questões.

Assim, a partir da aproximação dos agentes ouvidos e de suas opiniões, podemos perceber, em última análise, a variedade de questões museológicas, pedagógicas e patrimoniais que podem, e devem, orbitar o futuro plano museológico do memorial DOI-Codi. De maneira geral, podemos salientar a potência de manutenção das instalações tal como elas se encontram, a capacidade das visitas mediadas em estabelecer um diálogo próximo ao público, a necessidade de se trabalhar profundamente a memória dos torturadores e a oportunidade de se trazer novos atores sociais à luz das discussões sobre o período civil-militar no Brasil. O memorial é uma oportunidade de visualizar um projeto de país mais justo e democrático.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação do conceito de memória coletiva conduziu-me à compreensão de que este constitui um campo permanente de disputas (ZALIS, 2016). A memória coletiva relaciona-se então com processos subjetivos, baseados em experiências socioculturais, simbólicas, temporais e materiais.

Sempre contextuais e situadas, a memória é também conceito conectado e construído em relação a determinados lugares, ou seja, são sempre espaciais (LEMOS, 2019). Assim, se as disputas memoriais acontecem no campo do discurso, a partir das multiplicidades de atores

sociais que lutam por legitimação, acontecem igualmente na dimensão do espaço, uma vez que as dinâmicas dos conflitos envolvem também a definição de quem terá o direito de ocupar um espaço e na forma como essa definição será estabelecida.

Segundo Colombo (2017), os lugares de memória são espaços onde atores sociais se enfrentam, se encontram, e ao mesmo tempo constroem e afirmam traços identitários para si mesmos e para os outros. Além disso, as formas de representações desses espaços também se referem a confrontações e disputas. É no debate despertado por esses espaços que é possível imaginar múltiplas dimensões e perspectivas para um determinado lugar. Nesse contexto, essa iniciação científica buscou mapear agentes, suas disputas e múltiplas ideias para o futuro memorial que deverá ser implementado no DOI-Codi de São Paulo.

Quando iniciamos o projeto de pesquisa, imaginávamos um espaço imobilizado no tempo, à espera do momento em que suas questões burocráticas e ideológicas fossem apaziguadas, e que assim só assim seria possível o estabelecimento de um memorial amplamente aberto ao público. No entanto, percebemos que, apesar da ausência de consensos, de projetos e das perspectivas concorrentes ainda não resolvidas, existe naquele espaço ações memoriais efetivas, que são construídas unicamente a partir de esforços da sociedade civil.

Apesar de todos os esforços que mantêm viva a memória no antigo DOI-Codi, a falta de oficialização de um memorial representa uma séria ameaça para a memória coletiva e individual que reside naquele espaço. Uma vez que as iniciativas governamentais em relação a lugares de memória encontram forte resistência no Brasil, a institucionalização desses espaços fica à mercê de circunstâncias políticas, sociais e econômicas específicas. Portanto, a existência de planos, projetos e pesquisas anteriores ao surgimento de um cenário propício para o memorial contribui para a imaginação de possibilidades diversas, para o aprofundamento e expansão dos debates.

Por fim, após um ano acompanhando as questões apresentadas nessa pesquisa, ficou perceptível, para além da complexidade dos processos de construção de centros de memória difícil, a necessidade de se levar em conta a escuta dos agentes envolvidos na história na luta pela preservação de um bem.

Em processos colaborativos é impossível contemplar todas as vozes, no entanto, talvez seja necessário que todas sejam validadas. Refletir sobre o futuro do memorial DOI-Codi é, em última análise, uma forma de garantir sua relevância no presente.

NOTAS

1. O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) é um órgão colegiado vinculado à esfera pública estadual, mais especificamente ao estado de São Paulo. Sua função é a preservação, proteção e promoção do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e turístico do estado de São Paulo. É responsável também por analisar e deliberar sobre processos de tombamento de bens culturais, como edifícios históricos, sítios arqueológicos, praças e monumentos, com o objetivo de conservar e valorizar o patrimônio cultural paulista.
2. O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) é um órgão colegiado vinculado a esfera municipal da cidade de São Paulo. Sua função é a preservação, proteção e promoção do patrimônio histórico, cultural e ambiental da cidade, também delibera questões relacionadas ao tombamento de bens culturais, aprovação de projetos de restauração e intervenções em áreas protegidas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Gabrielle. **Entrevista concedida a Beatriz Coutinho de Freitas**. Setembro de 2023.
- ADORNO, Theodor. **Educação após Auschwitz**. In: ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BARRETA, Jocyane. **Arqueologia da repressão e da resistência e suas contribuições na construção da memória**. *Revista de Arqueologia Pública*, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, No. 10, p. 79-81, 2014.
- BARROS, PIZARRO, MÔES. **Tutóia, 921: a luta para transformar o DOI-Codi em um memorial de resistência**. *Último Segundo* – IG, 31 jul. 2020. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2020-07-30/tutoia921-a-luta-para-transformar-o-doi-codi-em-um-memorial-deresistencia.html>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- CABRAL, Rebeca L. **Auschwitz-Birkenau: entre a barbárie e a cultura**. *Revista M.*, v.1, n.1, jan.- jun., 2016.
- CABRAL, Rebeca L. **Memórias de dor em Buenos Aires: de ex-centros clandestinos a lugares de memória e consciência**. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- COLOMBO, Pamela. **Espacios de desaparición: vivir e imaginar los lugares de la violencia estatal (Tucumán, 1975-1983)**. Buenos Aires: Miño e Dávila, 2017.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **CNV: Memórias reveladas**. Brasília, parte 1: repressão política origens e consequências do esquadrão da morte. São Paulo: Alesp, 2015.
- CYMBALISTA, R; FELDMAN, S.; KUHL, B. M. **Patrimônio cultural: memórias e intervenções urbanas**. São Paulo: Annablume/Núcleo de Apoio e Pesquisa, 2017.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Cortezas**. Asociación Shangrila Textos Aparte, 2017.
- GONÇALVES, J. **Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais**. *Revista Memórias em Rede*, v.7, n.13, jul.-dez. 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

IPPDH – DIREITOS HUMANOS DO MERCOSUL. **Princípios fundamentais para as políticas públicas sobre lugares de memória**. Argentina, 2012.

LEMONS, Caroline Murta. **Arquitetando o terror: um estudo sensorial dos centros de detenção oficiais e clandestinos da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985)**. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Campus de Laranjeiras, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2019.

MENEGUELLO, Cristina. **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

MONCAU, Gabriela. **"Aos 59 anos do golpe militar, Cordão da Mentira desfila contra os massacres de ontem e hoje."** *Portal Brasil de Fato*, São Paulo, abril de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/01/aos-59-anos-do-golpe-militar-cordao-da-mentira-desfila-contra-os-massacres-de-ontem-e-hoje>. Acesso em: abril de 2023.

MODESTO, Gilson. **Entrevista concedida a Beatriz Coutinho de Freitas**. Setembro de 2022.

MOREIRA, Eduardo. **Provocação histórica: DOI-CODI: Memorial e ditadura**. 27 out. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GAichEzwTME>. Acesso em: jul. 2022.

NAPOLITANO, Marcos. **Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro**. *Antíteses*, v.8, 2015.

NEVES, Deborah Regina Leal. **A persistência do passado: patrimônio e memória da ditadura em São Paulo e Buenos Aires**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

NEVES, Deborah. **Entrevista concedida a Beatriz Coutinho de Freitas**. 2023.

NÚCLEO MEMÓRIA. **O dia em que a Justiça entrou no DOI-Codi** [online]. 29 out. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qlkSTCrUqwo>. Acesso em: 29 jul. 2022.

POLITI, Maurice. **Entrevista concedida a Beatriz Coutinho de Freitas**. Abril de 2023.

RODRIGUES, César. **Entrevista concedida a Beatriz Coutinho de Freitas**. Maio de 2023.

RODRIGUES, César. **Tombamento pelos tombados: O processo de patrimonialização do DOI-Codi em São Paulo**. Guarulhos: Unifesp, 2021.

TV 247. **Por Elas: memória e resistência** [Entrevista com Maurice Politi]. 24 abr. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TwEICSR_2R8. Acesso em: ago. 2023.

ULRICH, Emilio. **Entrevista concedida a Beatriz Coutinho de Freitas**. Abril de 2023.

ZALIS, Lior Zisman. **Por uma política do aparecimento: descobrindo o espaço das imagens no espaço da política: um estudo sobre os lugares de memória**. Monografia (Bacharelado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Departamento de Direito, Rio de Janeiro, 2016.

SOBRE A AUTORA

Beatriz Freitas é aluna do 6º ano da Escola da Cidade. Ao longo da graduação, vem se interessando por temas que relacionam arquitetura com os campos da história, memória e patrimônio.

bfreitas67@gmail.com